

**Processo nº:** 1.101.512

**Natureza:** Balanço Geral do Estado de Minas Gerais – BGE

**Exercício:** 2020

**Relator:** Conselheiro Cláudio Couto Terraão

**Referência:** Parecer Prévio das Contas Governamentais de 2020, Processo 1.101.512; Inspeção Ordinária, Processo nº 1.104.880; Despacho nº 94/2023/SEF/STE-SCAF, de 17 de maio de 2023.

## 1. Introdução

Trata-se do Balanço Geral do Estado referente ao exercício de 2020, sobre o qual, na Sessão de 7/12/22, o Tribunal Pleno emitiu Parecer Prévio pela aprovação com ressalvas das Contas de Governo (Peça 134) e expediu recomendações e determinações ao Poder Executivo. O Parecer foi disponibilizado no Diário Oficial de Contas do dia 7/2/23, não tendo sido interposto recurso, motivo pelo qual o trânsito em julgado foi certificado em 17/5/23 (Peça 138). Dentre as recomendações ao Poder Executivo, deliberadas por ocasião do Parecer Prévio, constou a de que:

seja repassada ao Fundeb a quantia de R\$ 774.703.416,03 (setecentos e setenta e quatro milhões setecentos e três mil quatrocentos e dezesseis reais e três centavos), relativa aos recursos decorrentes da alíquota adicional do ICMS, prevista no art. 82, § 1º, do ADCT, do período de 2012 a 2020, **devidamente atualizada**, e adote os procedimentos corretos, destinando ao fundo parcela correspondente a essa alíquota, em cumprimento aos dispositivos legais; (Grifo nosso).

Em que pese a recomendação ter sido feita nos autos do Processo 1.101.512 (BGE 2020), em 25/5/23, foi juntado à Inspeção Ordinária<sup>1</sup>, Processo nº 1.104.880, às Peças 41 e 48, Ofício SEF/SADJ nº 22/2023, de 17/5/23, por meio do qual a Secretaria de Estado de Fazenda – SEF/MG encaminha a este Tribunal o Despacho nº 94/2023/SEF/STESCAF, de 17/5/23, contendo informações que pareciam buscar atender à recomendação dessa Corte de Contas, acima colacionada.

Conforme se extrai da documentação em comento, a recomendação de repasses de valores devidos ao Fundeb não foi objeto desses autos e, tampouco, da decisão proferida em 13/09/22, pelo seu Conselheiro Relator<sup>2</sup> (Peça 18), razão pelo qual não foi objeto, também, de análise à época, pela equipe técnica e nem de deliberação desta Corte.

Desse modo, esta Coordenadoria encaminhou à Diretoria de Controle Externo do Estado – DCCE o Memorando nº 9, em 30/4/24, juntado ao BGE de 2020 (Peça 178), sugerindo que a matéria fosse levada ao conhecimento do

<sup>1</sup> Trata-se de inspeção ordinária realizada no período de janeiro de 2019 a junho de 2020 na Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG, por equipe designada pela Portaria DCEE nº 001/2020, nos termos do art. 282, II, a, do Regimento Interno desta Corte de Contas (Resolução nº 12/2008), com o objetivo de esclarecer o motivo das diferenças detectadas entre o valor orçamentário que deveria ser destinado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb, apurado com base na arrecadação orçamentária dos impostos que compõem a base de cálculo do Fundo, e o valor financeiro efetivamente repassado.

<sup>2</sup> Encaminhamento de plano de ação contendo o cronograma de implementação de medidas para o aprimoramento da transparência relacionada aos repasses que são realizados ao Fundeb, a fim de que os demonstrativos publicados discriminem os ajustes que são efetivados e que interferem nas transferências para o Fundo, tais como: bloqueios judiciais, compensações, restituições, valores repassados relativos ao mês anterior e os que serão repassados apenas no mês seguinte e quaisquer outros ajustes cuja evidência seja necessária para a conferência dos valores líquidos financeiros que são mensalmente disponibilizados ao Fundo. Foi determinado, ainda, que no mesmo meio eletrônico em que forem fornecidos os demonstrativos, fossem disponibilizados os links que redirecionem os usuários da informação para os extratos bancários referentes à conta do Fundeb, que devem ser disponibilizados nos termos do § 6º do art. 21 da Lei n. 14.113/2020, e também para o sítio eletrônico do Conselho de Acompanhamento e de Controle Social do Fundeb/MG.

Conselheiro Cláudio Couto Terrão, Relator deste BGE (Processo 1.101.512) e, ainda, que a Peça 41 (Despacho nº 94/2023/SEF/STESCAF, de 17/5/23) fosse juntada a este Processo para fins de deliberação, sob pena de cumprimento parcial da recomendação e, ainda, de recursos decorrentes de atualização monetária não serem repassados ao Fundo.

Na sequência, por meio de Expediente nº 44/2024/GABCCT, de 7/5/24, do Gabinete do Conselheiro Cláudio Terrão (Peça 180), foi solicitado ao Conselheiro-Substituto Sr. Adonias Monteiro, relator da citada Inspeção Ordinária, a extração de cópia eletrônica da Peça 41, Despacho nº 94/2023/SEF/STESCAF, de 17/5/23, destes autos, o que foi atendido, tendo sido juntada ao BGE/2020 à Peça 182. Assim, por meio do expediente de 13/5/24, Peça 176, o Conselheiro Relator do BGE/20 solicitou à Coordenadoria de Pós-Deliberação que encaminhasse o Processo à Cfamge para manifestação quanto ao mencionado Despacho.

## 2. Análise Técnica

Como já citado, dentre as recomendações proferidas por ocasião do Parecer Prévio das Contas Governamentais do exercício de 2020, consta a de que o Poder Executivo repassasse ao Fundeb a quantia de R\$ 774.703.416,03 relativa aos recursos decorrentes da alíquota adicional do ICMS, prevista no art. 82, § 1º do ADCT, referente ao período de 2012 a 2020, devidamente atualizada, e que adotasse os procedimentos corretos, destinando ao Fundo parcela correspondente a essa alíquota, em cumprimento aos dispositivos legais. A tabela abaixo visa demonstrar a memória de cálculo efetuada, à época, por esta equipe técnica, da mencionada quantia.

### Valores a Serem Repassados ao Fundeb referentes aos 20% sobre o Adicional de até 2% de ICMS Destinado ao Fundo de Combate à Pobreza

Exercícios de 2012 a 2020										R\$
Receitas Resultantes de ICMS a Serem Destinadas ao Fundeb - Apuração dos 20% Incidentes sobre o Adicional de até 2% de ICMS Destinado ao Fundo de Combate à Pobreza										
Anos	Receitas de ICMS (A)	Adicional de até 2% do ICMS sobre o Fundo (B)	Valor Líquido C = A - B	Valores a Serem Repassados aos Municípios D = 25% de C		Valor Líquido - Base de Cálculo para Repasse ao Fundeb E = A - D1	Valor a Ser Repassado ao Fundeb pelo Estado, Cálculos da Cfamge F = 20% de E	Valor Repassado ao Fundeb, Informado pelo Estado (RREO) (G)	Diferença a Menor referente Repasse do Estado ao Fundeb H = F - G	
				Apurado (D1)	Informado no RREO (D2)					
2012	32.104.125.584,43	115.473.842,37	31.988.651.742,06	7.997.162.935,52	7.997.162.935,51	24.106.962.648,92	4.821.392.529,78	4.798.296.473,86	23.096.055,92	
2013	35.961.409.241,73	181.169.101,76	35.780.240.139,97	8.945.060.034,99	8.945.060.034,99	27.016.349.206,74	5.403.269.841,35	5.362.737.587,89	40.532.253,46	
2014	38.308.513.089,67	205.995.751,29	38.102.517.338,38	9.525.629.334,60	9.525.629.189,79	28.782.883.755,08	5.756.576.779,98	5.715.377.010,54	41.199.769,44	
2015	37.939.651.636,96	231.051.161,45	37.708.600.475,51	9.427.150.346,74	9.427.150.346,74	28.512.501.290,22	5.702.500.258,04	5.656.289.892,88	46.210.365,16	
2016	41.887.025.557,09	502.278.879,55	41.384.746.677,54	10.346.186.824,02	10.346.186.824,02	31.540.838.733,07	6.308.167.746,61	6.207.711.920,24	100.455.826,37	
2017	46.679.232.801,91	575.129.944,58	46.104.102.857,33	11.526.026.324,71	11.526.026.324,71	35.153.206.477,20	7.030.641.295,44	6.915.614.865,27	115.026.430,17	
2018	49.227.738.504,30	629.216.593,20	48.598.521.911,10	12.149.630.477,78	12.149.781.709,82	37.078.108.026,53	7.415.621.605,31	7.289.883.796,21	125.737.809,10	
2019	51.981.254.180,80	669.034.749,02	51.312.219.431,78	12.828.054.857,94	12.828.016.015,30	39.153.199.322,86	7.830.639.864,57	7.696.810.828,37	133.829.036,20	
2020	52.523.561.882,98	743.233.981,14	51.780.327.901,84	12.945.120.781,58	12.945.120.781,58	39.578.441.101,40	7.915.688.220,28	7.767.072.350,07	148.615.870,21	
<b>Total</b>	<b>3.852.584.004,36</b>			<b>95.690.021.917,87</b>	<b>95.690.134.162,46</b>		<b>58.184.498.141,36</b>	<b>57.409.794.725,33</b>	<b>774.703.416,03</b>	

Fonte: RREO, Anexo 8 - 6º Bimestre, exercícios de 2012 a 2020. II

Como já colocado, a SEF/MG, por meio do Ofício SEF/SADJ nº 22/2023, de 17/5/23 (Peça 183), ao que parece, em atendimento à decisão plenária, encaminhou a esta Corte de Contas o Despacho nº 94/2023/SEF/STESCAF, de 17/5/23 (Peça 182), com as seguintes informações:

II - Em relação ao Fundo Estadual da Miséria.

Quanto ao Item II, há que se considerar que esta Secretaria de Estado de Fazenda compreende que há uma divergência nos valores analisados. Sendo que entende-se como devido o montante de R\$ 770.516.800,87 (setecentos e setenta milhões quinhentos e dezesseis mil oitocentos reais e oitenta e sete centavos) referente à

Receita Efetivada do FEM dos anos de 2012 a 2020, valor este utilizado no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, anexo 8 do RREO, conforme detalhado no quadro abaixo colacionado.

Quadro I - Receita Efetivada - FEM 2012 a 2020

Período	100%	20%
2012	115.473.842,37	23.094.768,47
2013	181.169.101,76	36.233.820,35
2014	205.995.751,29	41.199.150,26
2015	231.051.161,45	46.210.232,29
2016	502.278.879,55	100.455.775,91
2017	575.129.944,58	115.025.988,92
2018	629.216.593,20	125.843.318,64
2019	669.034.749,02	133.806.949,80
2020	743.233.981,14	148.646.796,23
<b>Total</b>	<b>3.852.584.004,36</b>	<b>770.516.800,87</b>

Ante o exposto, apresentamos o cronograma de pagamento conforme capacidade do fluxo de caixa do Tesouro Estadual, informamos ainda que a primeira parcela será realizada dentro do mês de maio de 2023.

Competência	Aporte	Valor
2012	2023	23.094.768,47
2013	2024	36.233.820,35
2014	2025	41.199.150,26
2015	2026	46.210.232,29
2016	2027	100.455.775,91
2017	2028	115.025.988,92
2018	2029	125.843.318,64
2019	2030	133.806.949,80
2020	2031	148.646.796,23
<b>Total</b>		<b>770.516.800,87</b>

Como se vê, a proposta apresentada pelo Estado é de regularização parcial da dívida em 9 (nove) anos, sendo que a primeira parcela seria efetuada em 2023 e a última em 2031. Quanto ao prazo proposto a unidade técnica não tem nenhuma observação a fazer e, portanto, submete ao Ex. Sr. Conselheiro Relator para apreciação. Registre-se, por oportuno, que a primeira parcela, no valor de R\$ 23.094.768,47, informada na tabela acima pelo Estado, foi paga em 2023. Já a segunda, encontra-se pendente de quitação, conforme consultas realizadas por esta equipe técnica, até maio de 2024, ao Business Object – BO, sistema alimentado pelo Armazém de Informações do Siafi.

Confrontando as informações constantes da tabela referente a composição dos R\$ 774.703.416,03, elaborada por esta equipe técnica, e a apresentada pelo Estado, R\$ 770.516.800,87, constata-se que há uma diferença entre ambas de R\$ 4.186.615,16, o que requer esclarecimentos pelo Estado. A tabela seguinte visa demonstrar, segundo apuração da Cfange, a composição desta diferença, por exercício.

Diferença apurada pela Cfamge/Estado

Exercícios de 2012 a 2020			R\$
Exercícios	Valor Apurado		Diferença C = ( A - B )
	Pela Cfamge ( A )	Pelo Estado ( B )	
2012	23.096.055,92	23.094.768,47	1.287,45
2013	40.532.253,46	36.233.820,35	4.298.433,11
2014	41.199.769,44	41.199.150,26	619,18
2015	46.210.365,16	46.210.232,29	132,87
2016	100.455.826,37	100.455.775,91	50,46
2017	115.026.430,17	115.025.988,92	441,25
2018	125.737.809,10	125.843.318,64	(105.509,54)
2019	133.829.036,20	133.806.949,80	22.086,40
2020	148.615.870,21	148.646.796,23	(30.926,02)
<b>Total</b>	<b>774.703.416,03</b>	<b>770.516.800,87</b>	<b>4.186.615,16</b>

Fonte: RREO, Anexo 8 - 6º Bimestre, exercícios de 2012 a 2020.

Ademais, depreende-se que o valor de R\$ 770.516.800,87 não foi devidamente corrigido pelo Estado, conforme decisão exarada no Parecer Prévio das Contas Governamentais de 2020 já mencionada. Deste modo, apresenta-se a seguir a atualização monetária deste valor, até dezembro de 2023, segundo o índice de inflação medido pelo IPCA.

Atualização Monetária – Dezembro/2023

Exercícios de 2012 a 2020			R\$
Exercícios	Valor Apurado pela Cfamge ( A )	Índice IPCA	Valor Corrigido C = ( A / B )
2012	23.096.055,92	0,55644158	41.506.703,94
2013	40.532.253,46	0,58933183	68.776.623,62
2014	41.199.769,44	0,62709395	65.699.516,70
2015	46.210.365,16	0,69402682	66.582.967,44
2016	100.455.826,37	0,73766760	136.180.341,88
2017	115.026.430,17	0,75940925	151.468.302,92
2018	125.737.809,10	0,78785279	159.595.563,20
2019	133.829.036,20	0,82177804	162.853.020,35
2020	148.615.870,21	0,85890056	173.030.356,03
<b>Total</b>	<b>774.703.416,03</b>		<b>1.025.693.396,09</b>

Fonte: RREO, Anexo 8 - 6º Bimestre, exercícios de 2012 a 2020. ▯

Destaca-se que o valor devido, pelo Estado, ao Fundeb, referente ao ano de 2012, calculado pelo Estado, R\$ 23.094.768,47, foi repassado ao Fundo, em 2023, sem a devida correção monetária, a qual monta a quantia de R\$ 18.411.935,47.

Assim, sugere-se que as parcelas seguintes sejam atualizadas monetariamente até a data da efetiva regularização, com a utilização, do mesmo modo, do índice de inflação medido pelo IPCA, visto que os valores corrigidos por esta

equipe técnica da dívida de 2012 a 2020, conforme tabela acima, a serem quitadas entre 2023 a 2031, segundo proposta do Estado, tiveram como referência de correção monetária o mês de dezembro/2023.

### 3. Conclusão

Após análise das informações constantes do Despacho nº 94/2023/SEF/STESCAF, de 17/5/23, apura-se que:

- a) O valor apresentado pelo Estado, R\$ 770.516.800,87, não inclui correção monetária, em inobservância à decisão plenária constante do Balanço Geral do Estado do exercício de 2020;
- b) O valor pago, em 2023, R\$ 23.094.768,47, referente ao valor devido ao Fundo, em 2012, não foi atualizado, sendo que, conforme cálculos da unidade técnica, essa atualização monta a quantia de R\$ 18.411.935,47.

Assim, sugere-se que o Estado seja chamado a se manifestar quanto:

- c) A divergência de R\$ 4.186.615,16, apurada em confronto entre o valor calculado por esta equipe técnica, R\$ 774.703.416,0, e pelo Estado, R\$ 770.516.800,87;
- d) A correção monetária, pelo IPCA, com o fim de atender a decisão transitada em julgado;
- e) O pagamento, em 2023, do valor de R\$ 23.094.768,47, sem a devida correção monetária.

Por fim, sugere que seja determinada a correção monetária dos valores devidos, desde os anos em que deveriam ter sido repassados ao Fundo, até a data da efetiva quitação, utilizando-se para tal o índice de inflação medido pelo IPCA.

**Eliana Vilaça Brina**  
**Analista de Controle Externo**

**Ana Carolina de Macedo e Marques Lanna**  
**Coordenadora da Cfamge**